



## Proibição de algemar presas no parto deve virar lei

Vai para a sanção projeto que inclui no Código de Processo Penal medida para proteger a saúde de gestantes e bebês já prevista em súmula do Supremo Tribunal Federal

O projeto que proíbe o uso de algemas em presas durante o parto — parte da série de propostas indicadas pelas lideranças para votação em março, Mês da Mulher — foi aprovado ontem no Senado e segue para a sanção. A proibição já era prevista em decreto presidencial de 2016 e

em súmula do Supremo Tribunal Federal de 2008. Agora, com a inclusão no Código de Processo Penal, passará a ser lei e política de Estado. Projeto de Maria do Carmo Alves já aprovado no Senado e em análise na Câmara pode garantir outras medidas de tratamento humanitário às presas grávidas. **3**



Agência Senado

Ao lado de Cassol (D), Blairo diz que imagem do Brasil está arranhada

## Senadores lamentam impacto da Carne Fraca em seus estados

Audiência com os ministros da Agricultura, Blairo Maggi, e da Indústria e Comércio Exterior, Marcos Pereira, apontou o impacto da Carne Fraca sobre os estados produtores e exportadores de carnes. Blairo pediu apoio do Senado para recuperar o setor. Dalírio Beber disse que

a economia catarinense ficou combatida. Em Rondônia, o abate já foi reduzido, segundo Valdir Raupp. Kátia Abreu considerou o episódio crime de lesa-pátria. Ronaldo Caiado afirmou que irregularidades foram em “focos isolados”. Para Cidinho Santos, houve “desconhecimento” do setor. **7**



Agência Senado

O presidente do Senado, Eunício Oliveira (2º à esq.), participou ontem da posse de Alexandre de Moraes (ao lado) como ministro do Supremo Tribunal Federal. O novo ministro teve o nome aprovado pelo Senado em 22 de fevereiro. A indicação de Moraes para o STF foi feita pelo presidente Michel Temer (2º à dir.) para ocupar a vaga aberta em decorrência da morte do ministro Teori Zavascki.

Agência Senado

## Produção de fogos de artifício pode ganhar novas normas **6**

## Proposta define regra para corte de água e luz em escolas e hospitais **6**

## Audiência debate a Previdência e a vida da mulher

A Comissão de Direitos Humanos e a Procuradoria Especial da Mulher discutem hoje, em audiência pública, o impacto da reforma da Previdência na vida das brasileiras. Entre as mudanças que podem atingir as mulheres, está a fixação da idade mínima para aposentadoria em 65 anos. **8**

## Acesso a exame de mama segue para a Câmara

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou ontem, em caráter terminativo, projeto que garante acesso a ultrassonografia mamária pelo Sistema Único de Saúde a mulheres entre 40 e 49 anos. Se não houver recurso para votação do texto em Plenário, o projeto segue direto para a Câmara. **5**

## Projeto inclui Zuzu Angel no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria

O projeto que inscreve o nome da estilista Zuzu Angel no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado e segue para a sanção presidencial. Zuzu utilizava os desfiles de moda como forma de denunciar a ditadura militar pelo desaparecimento de seu filho, Stuart Angel Jones, que foi preso, torturado e morto

em 1971, aos 26 anos.

Em 1976, a estilista morreu vítima de um atentado. A relatora do projeto, Vanessa Grazziotin, destacou a biografia de Zuzu Angel e sua luta pela manutenção dos direitos humanos. Também lembrou que Zuzu foi homenageada por Chico Buarque e Miltoninho, na canção *Angélica*, e por outros artistas. **3**



Reprodução/CC

A estilista Zuzu Angel morreu em um atentado no Rio de Janeiro em 1976

## Vítimas da talidomida devem ter pensão especial reajustada

A Comissão de Direitos Humanos aprovou ontem, por unanimidade, o reajuste da pensão especial paga a pessoas afetadas pela síndrome da talidomida. O valor de referência para o cálculo da pensão, hoje de R\$ 359,63, passará para R\$ 1.000, de acordo com o projeto, que segue para a Câmara dos Deputados.

Usado no país entre 1958 e 1965, o medicamento, que pode causar má-formação fetal, resultou em milhares de vítimas com deficiência física. **4**

Regina Sousa (E) e Paulo Paim (D), relator da proposta, com pessoas afetadas pela síndrome que acompanharam a votação



Agência Senado

## Acordo entre Brasil e Peru está na ordem do dia **8**

## Avança proibição de usar animal em testes **4**

## Vai à sanção projeto sobre amamentação **3**

## Dívida de hospitais pode ser renegociada **5**

# Projeto desvincula recesso em julho da votação da LDO

Pela Constituição, o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias deve ser votado pelo Congresso antes do recesso legislativo, em 17 de julho, o que não foi respeitado nos últimos dois anos. PEC vai a Plenário

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem a proposta de emenda à Constituição que revoga dispositivo que impede a interrupção da sessão legislativa do Congresso Nacional no meio do ano sem a aprovação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Apresentada por Cássio

Cunha Lima (PSDB-PB), a PEC 103/2015 segue agora para votação em Plenário.

Na justificativa, Cássio afirma que a intenção é conferir ao Congresso Nacional prazo mais elástico para conduzir o processo de elaboração da LDO sem que se tenha, ao final de cada semestre, de votar o tema apressadamente.

Ele ressaltou que, em 2014 e 2015, o primeiro semestre legislativo chegou ao final sem a aprovação da LDO. Segundo ele, o fato não impediu o Poder Executivo de elaborar e enviar ao Congresso, no final de agosto, a proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA).

Como a tramitação simultânea da LDO e da LOA não tem sido empecilho para a fixação de metas na proposta orçamentária para o ano seguinte, o senador entende que cabe a revogação do dispositivo.

O relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), disse que, na prática, o dispositivo “não tem tido a efetividade que se requer das normas jurídicas”.

Em Plenário, a proposta será submetida a dois turnos de discussão e votação. Se aprovada, seguirá para análise na Câmara dos Deputados.



Edison Lobão, presidente da CCJ, coordena reunião que aprovou a proposta

## Duas comissões poderão ter atribuições redefinidas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem proposta que redefine as atribuições e denominações das Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Transparência e Governança Pública (CTG). O Projeto de Resolução (PRS) 5/2017, de Rose de

Freitas (PMDB-ES), altera o Regimento Interno do Senado e será votado pelo Plenário.

Pelo projeto, as competências de fiscalização e controle serão retiradas da CMA e acrescentadas à CTG. Com isso, a CMA será denominada de Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, e a CTG passará a chamar-se Comissão de Fiscalização e Controle, Transparência e Governança Pública.

Para a senadora Rose de Freitas, há forte correlação do tema “fiscalização e controle” com “transparência e governança pública”. Com a mudança, ela acredita que a distribuição dos trabalhos entre as comissões temáticas terá maior racionalidade.

## Colegiado altera rito de votação de requerimentos

A votação de requerimentos na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) seguirá novo rito determinado pelo Ato 1/2017, aprovado ontem. Segundo o ato, os requerimentos serão lidos em reunião e apenas poderão ser votados na reunião seguinte, para evitar que

sejam aprovados com pouca participação dos senadores.

De acordo com a presidente da comissão e autora do ato, Marta Suplicy (PMDB-SP), a comissão estava aprovando requerimentos com a presença de dois ou três senadores.

— Vamos fazer com que os

requerimentos que chegam sejam lidos e depois cotados na próxima reunião e sempre estarão na pauta, porque, assim, todos os interessados poderão estar presentes.

A senadora disse que outras comissões estão fazendo o mesmo.

## Começa discussão sobre escolha de ministro do STF

A proposta de emenda à Constituição que altera as regras para escolha de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) cumpriu ontem a primeira sessão de discussão. A PEC 35/2015, de Lasier Martins (PSD-RS), estabelece que o presidente da República terá de exercer a escolha do ministro do STF a partir de uma lista tríplice, a ser elaborada por um colegiado de sete membros.



PEC de Lasier propõe que presidente escolha a partir de lista tríplice

Esse colegiado deverá ser formado pelos presidentes do STF, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), do Tribunal Superior do Trabalho (TST), do Superior Tribunal Militar

(STM) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O procurador-geral da República e o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

completam o grupo.

O texto também exige que a escolha presidencial ocorra no prazo de um mês desde o surgimento da vaga. O indicado continuará a ser sabatinado pelo Senado para ser confirmado para o cargo. A PEC ainda estabelece mandato de dez anos para os ministros do Supremo e o torna inelegível para qualquer cargo eletivo pelo prazo de cinco anos após o término do mandato.

Após cumprir as cinco sessões de discussão, conforme determina a Constituição, a PEC poderá ser votada em primeiro turno.

## Encontro em Brasília dá início à 7ª edição do projeto Jovem Senador

Coordenadores do Projeto Jovem Senador vão se reunir hoje em Brasília para iniciar os trabalhos da 7ª edição do programa e do 10º Concurso de Redação do Senado, que em 2017 tem como tema “Brasil plural: para falar de intolerância”.

A programação do encontro incluirá a apresentação do novo regulamento do Jovem Senador, dos critérios de avaliação das redações para classificação em todas as etapas de seleção e da nova campanha de divulgação do programa.

## Não corrigir tabela do Imposto de Renda é aumentar carga tributária, diz Reguffe

Reguffe (sem partido-DF) criticou o governo por não corrigir a tabela do Imposto de Renda, o que considera uma forma



gem chega a mais de 80% nos últimos 20 anos, obrigando os assalariados a pagar mais impostos do que deveriam. O senador lamentou o agravamento da carga tributária, que impede o desenvolvimento econômico.

## Ângela Portela defende criação de fundo para financiar campanhas eleitorais

Ângela Portela (PT-RR) defendeu a aprovação de projeto de sua autoria que institui o Fundo de Financiamento das Campanhas



autorizada também a doação de pessoas físicas e empresas.

Ele afirmou que a defasagem chega a mais de 80% nos últimos 20 anos, obrigando os assalariados a pagar mais impostos do que deveriam. O senador lamentou o agravamento da carga tributária, que impede o desenvolvimento econômico.

Nos anos de eleição, os valores arrecadados seriam destinados aos partidos e candidatos, como única fonte de dinheiro permitida para campanhas.

## Vanessa Grazziotin celebra os 95 anos do PCdoB e lembra ex-senadores do partido

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) registrou ontem em Plenário o aniversário de 95 anos de seu partido.

A senadora destacou a história do PCdoB e a oposição do partido à ditadura militar. Ela lembrou a atuação de ex-senadores, como Luís

Carlos Prestes (1898-1990), que participou da Assembleia Constituinte de 1946, e Inácio Arruda.

— Não há nenhuma luta popular que não tenha a participação ativa e corajosa dos comunistas — afirmou a senadora.

### ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário proferidos após as 19h40 serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



#### CRE Agrotóxicos

9h A comissão faz reunião deliberativa, com sete itens na pauta. Entre eles, o PLC 49/2015, que submete à análise de resíduos de agrotóxicos todos os produtos agropecuários importados.

#### CDH/MULHER Previdência

9h30 A Comissão de Direitos Humanos e a Procuradoria Especial da Mulher debatem a reforma da Previdência e as mulheres.

#### PLENÁRIO Votação

11h Sessão deliberativa.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

Foi aprovada ontem em Plenário proposta para tornar lei e política de Estado medida já prevista em súmula do Supremo e em decreto presidencial com objetivo de dar tratamento humanizado e proteger a saúde de gestantes em presídios e seus bebês

## Proibição de algemas em presas durante o parto vai à sanção

O PLENÁRIO APROVOU ontem projeto que proíbe o uso de algemas em presas durante o parto, os atos médicos preparatórios durante a gravidez e logo após ela dar à luz. Agora o PLC 23/2017 segue para a sanção presidencial.

O texto inclui no Código de Processo Penal uma medida já prevista em decreto do presidente Michel Temer, de setembro de 2016, que limitou o uso de algemas “a situações de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, causado pelo preso ou por terceiros”. A norma determinou que toda medida excepcional deve ser justificada por escrito, de forma semelhante ao que já determinara a Súmula Vinculante 11, editada em 2008 pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A proibição agora se tornará lei e política de Estado.

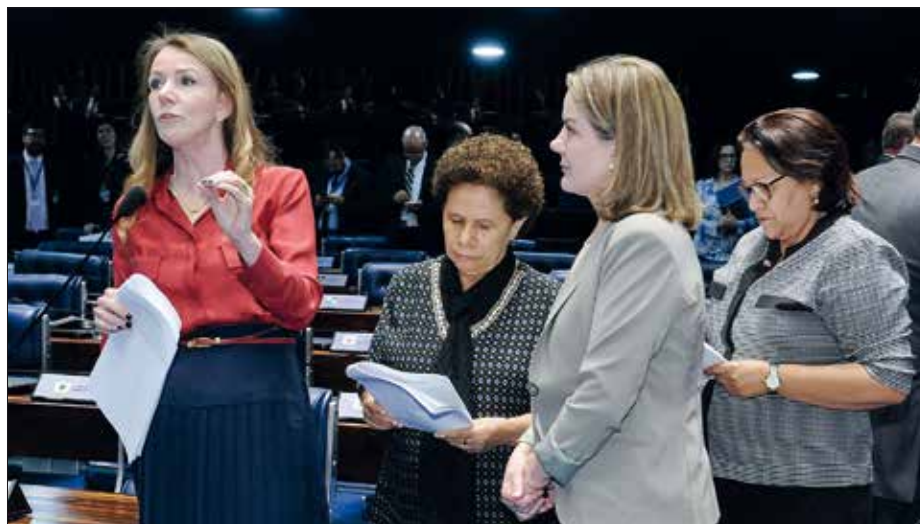
— O uso de algemas traz riscos, inclusive de antecipação do parto. Mulheres que cumpriam pena davam à luz algemadas no Brasil. Não foram poucas que passaram por tamanha barbaridade. Nem nós, mulheres parlamentares, tínhamos conhecimento de que esse fato acontecia — lamentou a relatora

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

O projeto, da deputada Ângela Albino (PCdoB-SC), é semelhante a outra iniciativa já aprovada no Senado, e que está sendo analisada pela Câmara: o PLS 75/2012, da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), que garante tratamento humanitário às presas em trabalho de parto e proíbe o uso de algemas nessas situações. A iniciativa é uma tentativa de proteger a saúde das gestantes presas e de seus bebês.

A aprovação também foi comemorada por Cristovam Buarque (PPS-DF) e Regina Sousa (PT-PI). Para a senadora, esse procedimento era arcaico e significava uma humilhação desnecessária.

— Uma mulher, na hora que vai dar à luz, não oferece perigo. Ela está grávida, não tem como resistir aos agentes que estão tomando conta. Não deveria nem precisar de uma lei sobre isso, deveria ser uma questão de sensibilidade — afirmou Regina.



Vanessa Grazziotin, Regina Sousa, Gleisi Hoffmann e Fátima Bezerra, durante votação do projeto

## Projeto garante orientação às mães sobre amamentação

Projeto que garante às mães o direito a acompanhamento e orientação sobre amamentação foi aprovado ontem em Plenário. O PLC 25/2017 agora segue para sanção presidencial.

O projeto acrescenta um inciso ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Por acordo entre as lideranças, a votação ocorreu em regime de urgência. A relatora, Fátima Bezerra (PT-RN), apresentou seu relatório em Plenário.

— O projeto contribui para que as gestantes recebam orientação sobre a amamentação e sobre a importância do aleitamento materno, como forma de estreitar o vínculo entre mãe e filho — declarou a senadora.

O autor do projeto, deputado Diego Garcia (PHS-PR), destacou que o texto não traz nenhum ônus aos cofres públicos, já que a assistência será prestada por funcionários dos hospitais e maternidades.

Pela proposta, os estabelecimentos públicos e particulares de atenção à saúde de gestantes serão obrigados a acompanhar a prática do processo de amamentação, por meio do corpo técnico já existente, e a prestar orientações à mãe quanto à técnica adequada enquanto ela permanecer na unidade hospitalar.

## Agosto dourado pelo aleitamento materno é aprovado em Plenário

Agosto será transformado no Mês do Aleitamento Materno, segundo proposta aprovada no Plenário do Senado ontem. De autoria da deputada Dulce Miranda (PMDB-TO), o texto segue para sanção presidencial.

Pelo PLC 24/2017, todos os anos, em agosto, deverão ser intensificadas ações de conscientização e esclarecimento sobre a importância da amamentação, como palestras e eventos, divulgação de in-

formações na mídia, reuniões com a comunidade, ações em espaços públicos, iluminação ou decoração de espaços com a cor dourada.

— O projeto estimula o aleitamento materno e ainda chama a atenção para as dificuldades da mãe trabalhadora e para a ofensiva moralista e retrógrada preconceituosa contra a amamentação em espaços coletivos — argumentou Gleisi Hoffmann (PT-PR), relatora do projeto.

## Congresso inclui Zuzu Angel entre heroínas da Pátria

Segue para sanção presidencial o projeto que inscreve o nome de Zuleika Angel Jones, a estilista Zuzu Angel (1921-1976), no *Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria*.

Aprovado ontem pelo Plenário do Senado, o PLC 22/2017, da deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), também altera a Lei 11.597/2007, que criou o livro, para explicitar que ele se destina a registrar o nome de “brasileiros e brasileiras” que tenham oferecido a vida à pátria, para sua defesa e

construção, com excepcional dedicação e heroísmo.

Zuzu Angel ficou conhecida por utilizar os desfiles de moda como forma de denunciar a ditadura militar, que, no início da década de 1970, torturou e assassinou seu filho, Stuart Angel Jones. Em 1976, a estilista morreu vítima de um atentado ao dirigir pela Estrada da Gávea, no Rio de Janeiro.

A relatora, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), destacou a biografia de Zuzu Angel e sua

luta pela manutenção dos direitos humanos.

— Ela levou o desaparecimento do filho ao mundo inteiro. Depois de sua morte ela foi homenageada em livros, filmes e músicas — disse.

### Livro

O *Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria*, com páginas de aço, fica exposto no terceiro pavimento do Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, localizado na Praça dos Três Poderes, em Brasília.

## Proposta que acaba com o foro privilegiado começa a ser discutida no Senado

A proposta de emenda à Constituição que acaba com o foro privilegiado para todas as autoridades brasileiras, inclusive o presidente da República, nas infrações penais comuns, teve ontem a primeira sessão de discussão no Senado. A decisão de colocar o tema em pauta foi tomada pelo presidente da Casa, Eunício Oliveira, depois de Randolfe Rodrigues (Rede-AP) conseguir o apoio de mais de 50 senadores para pedir urgência.

A PEC 10/2013 também permite a prisão de membros do Congresso condenados em segundo grau nas infrações comuns. Hoje eles são julgados pelo Supremo Tribu-

nal Federal (STF) e só podem ser presos após condenação definitiva dessa Corte.

A proposta passará por mais quatro sessões de discussão antes da votação em primeiro turno, e mais três sessões de debate antes do segundo turno. Se aprovada, seguirá para a Câmara.

A PEC elimina a possibilidade de a Casa parlamentar sustar o andamento de ação penal contra legisladores. Mas mantém a exigência de autorização da Câmara, por dois terços dos deputados, para o julgamento do presidente da República. E o julgamento por crime de responsabilidade continua a ser feito pelo Senado.

Medidas para acabar com a impunidade ainda são necessárias, diz Humberto

Não basta abolir o foro privilegiado para acabar com a impunidade, segundo Humberto Costa (PT-PE). O senador apoia a PEC 10/2013, mas a considera insuficiente, pois “a impunidade impera no sistema judicial devido a obstáculos processuais, à lentidão e à leniência”.

— Não pode também o fim do foro privilegiado servir a que juízes e membros do Ministério Público usem de suas funções para perseguir desafetos ou se autopromoverem — disse.

Jader critica lista fechada, eleições proporcionais e coligações partidárias

Para Jader Barbalho (PMDB-PA), a democracia no país corre risco devido à generalização da imagem negativa dos políticos. O senador disse que o fim da prerrogativa de foro deveria valer também para ministros do STF e procuradores, e ser votado junto com a lei de crime de responsabilidade.

Jader se declarou contrário à proposta de votação em lista fechada. Também criticou o sistema de eleição proporcional e as coligações partidárias.

Eduardo Lopes defende fim da prerrogativa em todos os três Poderes

Eduardo Lopes (PRB-RJ) defendeu a extinção do foro privilegiado para crimes comuns em todos os Poderes da República.

O senador também comentou que os 21 frigoríficos investigados na operação Carne Fraca exportaram US\$ 120 milhões em 2016, “apenas 1% do volume total, US\$ 13,5 bilhões, das exportações no ano passado de um setor que emprega mais de 6 milhões de pessoas”.



Pessoas afetadas pela síndrome da talidomida acompanham a aprovação do projeto na Comissão de Direitos Humanos

## Aprovado reajuste de pensão para vítimas da talidomida

Segue para a Câmara projeto que reajusta para R\$ 1 mil o valor de referência do benefício pago a portadores da síndrome, causada por medicamento

OS PORTADORES DA síndrome da talidomida poderão ter sua pensão especial reajustada. O aumento, previsto no Projeto de Lei do Senado (PLS) 504/2015, foi aprovado pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) ontem. Com relatório favorável do senador Paulo Paim (PT-RS), o projeto recebeu dez votos favoráveis e nenhum contrário. O texto segue agora para a Câmara dos Deputados.

A talidomida é um medicamento que foi comercializado no país entre 1958 e 1965, sem a devida atenção das autoridades sanitárias, e resultou em milhares de vítimas com deficiência física, caracterizada principalmente pela má-formação de membros. Atualmente, a substância é proibida para mulheres em idade fértil.

Em seu relatório, Paim concorda com a autora do projeto, a ex-senadora Sandra Braga, que alega que as condições das pessoas portadoras da síndrome agravam-se continuamente com o passar do tempo, com o surgimento de novas deficiências, mais dores e mais sequelas.

Inicialmente, o projeto propunha aumentar de R\$ 359,63 para R\$ 800 o valor de referência para cálculo da pensão. Tal quantia é multiplicada pelo total de pontos indicadores do

grau de dependência resultante da deficiência física. Paim acolheu a emenda aprovada anteriormente pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), reajustando o valor de R\$ 800 para R\$ 1.000.

Portadores da síndrome acompanharam a aprovação do texto, que recebeu apoio de todos os senadores presentes.

### Doenças raras

A CDH também aprovou ontem parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 56/2016, que cria a Política Nacional para Doenças Raras no Sistema Único de Saúde (SUS). O projeto segue agora para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O relatório ficou a cargo de Romário (PSB-RJ), que elogiou a iniciativa de criar uma política de Estado para um assunto tão importante. O senador concordou com o autor da proposição, que lembrou que a obrigação de o SUS cuidar dos portadores de doenças raras tem sido determinada pelo Poder Judiciário.

Segundo conceito adotado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo Ministério da Saúde, doença rara é aquela que afeta até 65 pessoas em cada 100 mil indivíduos, ou seja, 1,3 para cada 2 mil pessoas. São caracterizadas por ampla diversidade de sinais e sintomas. A doença de Gaucher, a hemofilia, a acromegalia, o angiodema hereditário e a doença de Crohn são exemplos.

Além de enfrentar as consequências da enfermidade,

os doentes em geral deparam com falta de informação e de medicação e com dificuldade de encontrar profissionais qualificados.

Os senadores aprovaram ainda requerimentos para realização de três audiências públicas, com os seguintes temas: cotas nas universidades, a Operação Carne Fraca, da Polícia Federal, e a universalização da banda larga nas escolas e no Programa Minha Casa, Minha Vida.

### Romário denuncia falta de fórmula usada por paciente de doença rara

Romário (PSB-RJ) denunciou a falta, na rede de saúde pública do Rio, da fórmula nutricional usada por pacientes com fenilcetonúria, apesar de o fornecimento ser obrigatório. A doença causa problemas no metabolismo que afetam o desenvolvimento do cérebro e podem comprometer fala e capacidade cognitiva.

Ele explicou que o tratamento deve ser iniciado nos primeiros dias de vida, com rigorosa dieta.

— Quando falta a fórmula na rede pública, muitas vezes o tratamento é interrompido e os pais assistem, impotentes, a uma terrível degradação nas condições de saúde dos seus filhos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Avança proposta que proíbe uso de animais em testes para cosméticos

Proposta que proíbe o uso de animais em testes para produção de cosméticos, perfumes e produtos de higiene pessoal foi aprovada ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). O texto segue para a Comissão de Meio Ambiente (CMA).

O projeto (PLC 70/2014) proíbe testes de ingredientes e cosméticos, veda o comércio de produtos que tenham sido testados em animais e incentiva técnicas alternativas para avaliar a segurança das formulações, conforme emendas do relator, Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Pelo texto, os testes em animais poderão ser admitidos pela autoridade sanitária em situações excepcionais, frente a “graves preocupações em relação à segurança de um

ingrediente cosmético” e após consulta à sociedade.

Randolfe propõe prazo de três anos para que as empresas possam atualizar a política de pesquisa e adaptar a infraestrutura a um modelo de inovação responsável. O projeto, disse, não gera impacto no desenvolvimento de medicamentos e vacinas, pois se restringe a teste de cosméticos e produtos de higiene pessoal.

O PLC 70/2014, do deputado Ricardo Izar (PSD-SP), tramita em conjunto com os PLSs 483/2013, de Valdir Raupp (PMDB-RO), e 45/2014, de Alvaro Dias (PV-PR), que restringem, sem vedar totalmente, o uso de animais em testes de laboratório. Randolfe optou pela aprovação do primeiro e pela prejudicialidade das outras duas proposições.

## Viana quer ampliar protagonismo da Comissão de Mudanças Climáticas

Novo presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, o senador Jorge Viana (PT-AC) prometeu aumentar o protagonismo do colegiado, que tem como principal propósito acompanhar a agenda internacional sobre mudanças climáticas, principalmente após o Acordo de Paris. Firmado em 2015, o tratado visa reduzir as emissões de gases do efeito estufa para limitar o aumento da temperatura do planeta a 2°C nos próximos anos, em relação aos níveis pré-industriais.

Para Viana, os principais desafios do Brasil neste sentido são alcançar a meta de desmatamento zero, mudar a matriz de transporte e fortalecer a matriz energética renovável.

— Vamos discutir a obrigação do Brasil de fazer valer

essa agenda da mudança do clima, onde a gente pode mitigar as ações que aumentam as emissões e consolidar o desenvolvimento sustentável. É uma oportunidade que nós temos de trazer novos negócios, de ter uma economia de baixo carbono.

Em pronunciamento ontem, Viana ressaltou o compromisso do Brasil de reduzir em 43% a emissão de gases do efeito estufa até 2030 e em 37% até 2025.

— Vou me dedicar para que o Senado, o Congresso, essa comissão mista possa sediar os debates mais elevados e objetivos, que visam trazer para todos nós a esperança de um planeta mais sustentável.

Ele também alertou para o risco de agravamento da crise hídrica e lembrou que Brasília já vive um racionamento.



Viana (C) com relator da comissão, deputado Sergio Souza, e Fernando Bezerra

## Para debatedores, medida provisória não resolverá conflito fundiário no Pará

A alteração nos limites da Floresta Nacional do Jamanxim, no município de Novo Progresso, no Pará, foi debatida ontem em audiência. O debate foi na comissão mista que analisa a Medida Provisória 756/2016, sobre o assunto. Na faixa leste da floresta

que fica próxima à BR-163, há uma área de intenso conflito fundiário, que, pela proposta, se transformaria em área de proteção ambiental (APA), com regras de preservação menos rígidas, mas que precisa ser gerida pelo ICMBio. Vice-presidente da Federa-

ção da Agricultura e Pecuária do Pará, Wilson Schuber disse que a proposta não resolve o problema dos produtores rurais, que continuariam sem a documentação das terras.

Para o representante do Instituto Socioambiental, Ciro Campos, a MP não deve ser

aprovada porque incentiva o desmatamento ao tornar a área da floresta em APA.

O deputado Zé Geraldo (PT-PA) afirmou que, como está, a MP prejudica os produtores rurais que ocupam a região há mais de 30 anos e já têm dentro de suas propriedades

área de preservação.

Para o presidente da comissão, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), é preciso corrigir os erros cometidos contra os produtores.

A comissão se reúne quarta-feira para discutir o relatório. (Com a Rádio Câmara)

Exame é considerado opção segura de diagnóstico para mulheres jovens com risco de câncer de mama ou que não possam sofrer radiação

# SUS pode ter de oferecer ecografia da mama a mulheres a partir dos 40

MULHERES ENTRE 40 e 49 anos poderão ter acesso a ultrassonografia mamária pelo Sistema Único de Saúde (SUS), a depender de projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Como a decisão foi terminativa, se não houver recurso, o projeto segue direto para a Câmara.

Pela proposta (PLS 583/2015), da senadora Lúcia Vânia (PSB-GO), o SUS fica obrigado a fazer o exame em mulheres jovens com elevado risco de câncer de mama ou que não possam ser expostas à radiação. É necessário que o exame seja indicado por médico.

Ao justificar o projeto, Lúcia Vânia argumenta que a ecografia é um “exame capaz de diagnosticar casos de câncer de mama assintomáticos, mas não identificados por meio de mamografia em mulheres jovens, com alta densidade mamária e com história familiar da doença”. Quando a mama é densa, fica mais difícil detectar tumores por mamografia.

Para a relatora, Ângela Portela (PT-RR), a mudança na lei contribuirá para a detecção



Lúcia Vânia diz que ecografia é mais indicada para mulheres com mama densa

precoce do câncer de mama, o que “significa aumentar a sobrevivência e as chances de cura” das pacientes. Ela também argumentou que o controle do câncer de mama é prioridade da agenda de saúde no Brasil.

O texto modifica a Lei 11.664/2008, que trata de prevenção, detecção e tratamento, pelo SUS, dos cânceres de mama e colo de útero. A lei atual já garante mamografia a partir dos 40 anos de idade.

Eduardo Amorim (PSC-SE) apoiou o reforço no combate ao câncer. Ronaldo Caiado (DEM-GO), vice-presidente da CAS, lembrou que, ainda

como deputado, trabalhou pela antecipação da mamografia para ser feita pelo SUS a partir dos 40 anos. O projeto foi aprovado, disse, mas o texto foi revogado por uma portaria do governo Dilma Rousseff, que estabeleceu a idade de 50 anos para o exame. Ele elogiou a proposta de Lúcia Vânia.

— Acho que todos os métodos não invasivos para tentar o diagnóstico são positivos.

## O exame

A ultrassonografia ou ecografia mamária é um método diagnóstico seguro, não invasivo e indolor, que não usa

raios X. Pesquisas indicam que a exposição excessiva à radiação aumenta o risco de câncer de mama.

A ecografia da mama é feita, principalmente, como método diagnóstico complementar no caso de mamografias inconclusivas, em mulheres com mamas densas ou com importantes fatores de risco para câncer de mama.

A diretriz “Câncer de Mama: prevenção secundária”, da Sociedade Brasileira de Mastologia, Sociedade Brasileira de Cancerologia, Colégio Brasileiro de Cirurgiões e Colégio Brasileiro de Radiologia, publicada em 2011, reconhece a ultrassonografia como método complementar na prevenção secundária do câncer de mama em mulheres assintomáticas que apresentam padrão mamográfico denso.

Para a relatora, a mamografia anual “ainda é a medida de rastreamento mais adequada e capaz de reduzir a mortalidade por câncer de mama”. Mas, disse, o exame expõe a paciente a doses mínimas de radiação.

## Avança texto que alivia entidades filantrópicas de saúde

Foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) projeto que permite a entidades de saúde filantrópicas e entidades de saúde sem fins lucrativos a renegociação de dívidas decorrentes de contribuições sociais em atraso, não pagas ou não repassadas. O texto segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O PLS 290/2016, do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), reabre o prazo previsto na Lei 11.941/2009 para que as entidades renegociem os débitos. O primeiro artigo do texto estabelece que o prazo fica reaberto até o nona-

gésimo dia após a publicação da lei que o projeto originar.

Na justificativa, Valadares afirmou que, em 2015, havia mais de 2 mil hospitais filantrópicos no país, respondendo por 40% do atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS), com dívidas de R\$ 21 bilhões ao final daquele ano. O autor explicou que a principal causa dessa situação é a defasagem da tabela do SUS.

O relator, senador Eduardo Amorim (PSDB-SE), disse que a Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos (CMB) confirmou a grave situação econômica e financeira das entidades, que

tiveram as dívidas aumentadas em cerca de R\$ 6 bilhões em um ano.

— Assim, entendo que é obrigação desta Casa, como órgão fiscalizador das políticas públicas de saúde, aprovar todas as propostas que possam trazer alívio e oferecer solução para os graves problemas de insolvência econômico-financeira das entidades beneficentes da área de saúde — avaliou Amorim.

Se o projeto também for aprovado pela CAE, seguirá para a Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso para votação no Plenário do Senado.

## Ana Amélia registra acordo entre Caixa e santa casa no RS

Ana Amélia (PP-RS) destacou acordo de financiamento assinado pela Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 146 milhões, em benefício da Santa Casa de Caridade de Uruguaiana (RS). Os recursos pagarão funcionários, Previdência e empréstimos.

A senadora disse que a iniciativa beneficiará cerca de 1 milhão de pessoas.

— Essa sensibilidade social da Caixa é o que anima e mostra que a solução é possível.



Waldemir Brito/Agência Senado

## Adiada votação complementar de união homoafetiva

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) adiou para a próxima semana a votação em turno suplementar do substitutivo de Roberto Requião (PMDB-PR) ao projeto que permite o reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo (PLS 612/2011). A votação seria ontem, mas Requião, que também é o relator, pediu a transferência.

O relator esclareceu que houve consenso entre os membros da CCJ para o adiamento da votação, em atenção a argumentos de Magno Malta (PR-ES), autor da única emenda ao substitutivo. Requião pediu à assessoria da CCJ que examine a regimentalidade da emenda, mas, na avaliação dele, a proposição equivale a novo substitutivo — o que é vedado em turno suplementar.

— Na verdade, não é uma emenda, é um substitutivo. Sendo um substitutivo, é antirregimental e não poderia nem ser votado.

O projeto é da senadora Marta Suplicy (PMDB-SP). Na forma do substitutivo de Requião, a proposta foi aprovada pela CCJ há duas semanas. Com a emenda que apresentou, Malta quer alterar o texto para manter o instituto do casamento, no Código Civil, apenas como ato entre um homem e uma mulher, e não entre pessoas do mesmo sexo.

Requião já havia emitido relatório pela rejeição à emenda de Malta. Se a emenda dele — ou qualquer apresentada até a próxima reunião — for rejeitada, o substitutivo será definitivamente adotado pela CCJ. Em seguida, se não houver recurso, seguirá à Câmara.



Texto a ser votado na CCJ é um substitutivo de Roberto Requião

## Sabatina de indicado para diretor da Anvisa será na próxima quarta-feira

O relatório favorável à indicação de Fernando Mendes Garcia Neto para novo mandato de diretor da Agência

Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) foi lido ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Após a leitura, foi concedida a vista coletiva do relatório feito pelo senador Eduardo Amorim (PSDB-SE). A saba-

tina de Garcia Neto pela CAS deve ocorrer na quarta-feira e, em seguida, o colegiado votará a indicação.

## Comissão de Ciência e Tecnologia fará audiência com ministro Gilberto Kassab

O ministro de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, será convidado a apresentar na quarta-feira, em audiência pública no Senado, as prioridades da pasta.

Requerimento com esse objetivo, apresentado pelo senador Otto Alencar (PSDB-BA), foi aprovado ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Otto, que preside a CCT, também teve aprovada sugestão para que a comissão avalie este ano a política de banda larga do governo.

O senador lembrou que as telecomunicações são

fundamentais para o desenvolvimento e que o acesso à banda larga é estratégico para melhorar a qualidade das escolas públicas e a competitividade do país. A CCT aprovou ainda oito projetos

de outorga de funcionamento de rádios comunitárias em Contagem (MG), Remígio (PB), Cachoeiras de Macacu (RJ), Una (BA), Tangará (RN), Ponta Porã (MS), Groaíras (CE) e Iporã do Oeste (SC).

# Aprovadas normas para produzir fogos de artifício

Projeto proíbe fabricação de fogos com materiais com alto poder explosivo, venda fora de locais credenciados e instalação de fábrica em área urbana. Texto, aprovado ontem, deve ir para a Câmara

A FABRICAÇÃO, O comércio e o uso de fogos de artifício poderão ser regulados por norma aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Se não houver recurso para votação em Plenário, o projeto poderá seguir para a Câmara.

O PLS 497/2013 proíbe a fabricação, o comércio e a queima de balões pirotécnicos e de fogos de artifício em cuja composição tenham sido usados “altos explosivos”, materiais muito sensíveis que podem explodir sob a ação do fogo ou pelo impacto de um golpe.

O projeto veda também a exposição e a venda de fogos não certificados e fora de estabelecimento credenciado. Um dos artigos proíbe a instalação de fábrica de fogos de artifício em zonas urbanas.

Os fogos são divididos em classes — A, B, C e D — e só podem ser vendidos a maiores de 18 anos. Emenda do relator, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), proíbe atividades com fogos em desacordo com as licenças concedidas.



Pedro França/Agência Senado

Emenda do relator, Anastasia, prevê queimas em terraço só por profissionais

Outra emenda do relator ao projeto original, do ex-senador Cyro Miranda, só permite queimas de fogos em terraço se executadas por profissional habilitado com carteira de bláster pirotécnico e mediante autorização do órgão competente.

A proibição de queima de fogos abrange arredores de hospitais, unidades de saúde, escolas, postos de combustíveis e todos os locais que permitam atingir a via pública, como portas e janelas.

As embalagens dos fogos de artifício devem cumprir exigências, como informações

claras sobre o manuseio correto e advertência quanto aos riscos de manipulação indevida. Cyro atribui os acidentes com fogos a vício de qualidade do artefato ou a mau uso por inobservância das instruções.

O projeto foi aprovado com emendas que já haviam sido acatadas pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor (CMA) e de Assuntos Econômicos (CAE).

Na CAE, uma das emendas condiciona o funcionamento de fábricas de fogos de artifício à responsabilidade técnica de profissional qualificado.

## Roberto Rocha elogia ajuda do governo de SP na crise hídrica

Roberto Rocha (PSB-MA) lembrou ontem o Dia Mundial da Água e cumprimentou o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, pela colaboração com outros estados na crise hídrica.

Segundo o senador, bombas hidráulicas emprestadas pelo governo paulista anteciparam a chegada das águas da transposição do Rio São Francisco e a mesma técnica será usada no Distrito Federal. Ele definiu a atuação de Alckmin como “de estadista”.

— A questão da água está acima das disputas partidárias: é questão humanitária.



Waldemir Borreto/Agência Senado

## Amorim: menos de 50% da população tem acesso a esgoto

A comemoração, ontem, do Dia Nacional e do Dia Mundial da Água, foi registrada por Eduardo Amorim (PSDB-SE).

— Neste ano, a data será lembrada no Brasil com uma reflexão sobre a água residual, que deve ser descartada adequadamente após o uso, por meio do tratamento do esgoto — disse.

Segundo o senador, apenas 48,6% da população tem acesso à coleta do esgoto e, dentre o coletado, menos de 40% passam por algum tipo de tratamento antes de serem descartados no meio ambiente.



Waldemir Borreto/Agência Senado

## Fátima quer saber quando transposição chegará ao RN

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) vai debater com o ministro da Integração, Helder Barbalho, os próximos passos da obra de transposição do Rio São Francisco. O anúncio foi feito pela presidente da CDR, Fátima Bezerra (PT-RN).

A senadora quer saber quando a transposição vai chegar ao Rio Grande do Norte.

— Nos preocupa um trecho mínimo de 6 quilômetros da barragem de Caiçara a São José de Piranhas, na Paraíba, que vai garantir que, em épocas de estiagem, a água não deixe de chegar ao nosso estado.



Waldemir Borreto/Agência Senado

## Garibaldi lamenta falta de chuvas que afeta o país

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) lamentou a crise hídrica que afeta diversas regiões.

O impacto do efeito estufa sobre o regime de chuvas deve causar aumento progressivo de temperatura, avaliou.

O senador observa que a falta de chuvas representa o cotidiano de milhões de pessoas no Nordeste. Por isso, defende que projetos ousados, como a transposição do São Francisco, devem ser incentivados.

— O projeto de transposição do Rio São Francisco, de sonho longínquo, se converteu em 2017 em realidade palpável.



Waldemir Borreto/Agência Senado

## João Alberto lembra Dia Mundial da Água e alerta para escassez

João Alberto Souza (PMDB-MA) registrou a comemoração do Dia Mundial da Água. Ele lembrou que a água doce é um recurso finito e frágil, além de estar sob pressão crescente por causa do aumento populacional, da poluição e das demandas de usos agrícolas e industriais. Para ele, a data não é, exatamente, uma celebração.

— A palavra de ordem para esse dia é conscientização. É um dia de alerta para as autoridades federais, estaduais e municipais, a respeito desse valioso recurso.



Jefferson Ruy/Agência Senado

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Coordenadora-geral:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Sílvio Bulte  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenador de Edição:** Mikhail Lopes  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Senadores questionam ministro sobre carne

Operação da Polícia Federal foi o assunto dominante ontem em audiência pública com os ministros da Agricultura e do Comércio Exterior

EM AUDIÊNCIA SOBRE a Operação Carne Fraca, promovida ontem pelas Comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Assuntos Econômicos (CAE), o ministro da Agricultura, Blairo Maggi, defendeu a industrialização de carnes no Brasil e a inspeção sanitária de frigoríficos.

Em resposta a Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Blairo afirmou que uma das medidas do ministério foi declarar um autoembargo.

— A imagem do Brasil está arranhada — afirmou o ministro ao informar que houve uma oscilação no mercado desse setor de aproximadamente 10% após a divulgação da investigação federal.

Dalírio Beber (PSDB-SC) afirmou que a economia catarinense, dependente do agronegócio, ficou combalida.

Valdir Raupp (PMDB-RO) lamentou a redução no abate



Blairo Maggi, ao lado de Ivo Cassol, Garibaldi Alves Filho e Valdir Raupp, disse que as exportações foram prejudicadas

de animais em Rondônia.

Cidinho Santos (PR-MT) avaliou que houve “desconhecimento” do processo industrial de carnes, pois foram apontadas irregularidades em situações normais.

## Auxílio do Senado

O ministro ressaltou que espera a ajuda do Senado para reverter a situação no cenário internacional e que o Brasil possa manter os 7% do mercado mundial de alimentos.

— O grande trabalho que nós temos aqui para frente

é de recuperar, de reorganizar as nossas forças, de correr atrás, viajar o mundo, tentar explicar o que aconteceu aqui — disse.

Wellington Fagundes (PR-MT) lembrou que o Serviço de Inspeção Federal do Ministério da Agricultura existe há mais de cem anos e é um dos mais respeitados do mundo.

Kátia Abreu (PMDB-TO), ex-ministra da Agricultura, destacou a competência, seriedade e rigor da Secretaria de Defesa Agropecuária.

— O que essas pessoas

fizeram é um crime de lesa-pátria — afirmou.

Ronaldo Caiado (DEM-GO), disse que as irregularidades foram encontradas em “focos isolados”.

## Demissão de ministro

Gleisi Hoffmann (PT-PR) cobrou do governo a demissão do ministro da Justiça, Osmar Serraglio, devido a indícios de que ele teria envolvimento com alguns dos investigados.

Lasier Martins (PSD-RS) quis saber se Blairo sabia de irregularidades em frigoríficos.

## Paulo Bauer lamenta efeitos de operação sobre economia brasileira

Paulo Bauer (PSDB-SC) lamentou os efeitos da Carne Fraca para a economia brasileira. O senador elogiou a Polícia Federal, mas classificou como exagerada a proporção dada ao caso, que envolve pouco mais de 20 estabelecimentos.

— Tudo indica que a PF tenha mirado num alvo, mas derrubado rebanhos inteiros. União Europeia, China e Chile já anunciaram restrições à carne brasileira.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Para Wilder Morais, produtor é quem mais sofre com a crise

Wilder Morais (PP-GO) defendeu o setor agropecuário, responsável por milhões de empregos e pela produção de alimentos. O senador reforçou que a carne produzida em Goiás é de excelente qualidade, sendo exportada para diversos países.

— O produtor nada tem a ver com o escândalo. O produtor sofre com juro alto, com a carga tributária, com a logística ruim, com o clima. Não é justo sofrer por erros alheios.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Agronegócio tem papel central para aumentar emprego, afirma Simone

Simone Tebet (PMDB-MS) lamentou a irresponsabilidade na condução da Operação Carne Fraca e criticou a imprensa pela forma como divulgou as irregularidades, que, de acordo com ela, não atingem nem 1% do setor.

— Não podemos esquecer a disputa econômica mundial pela liderança nos alimentos. Não vai faltar oportunista, países querendo nos derrubar. Não podemos ser nós a dar um tiro no pé e nos fragilizar.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Rose elogia produto nacional e pede punição para frigoríficos irregulares

Rose de Freitas (PMDB-ES) ressaltou a alta qualidade do produto animal brasileiro. A senadora expressou confiança na punição dos responsáveis pelas irregularidades nos frigoríficos e na recuperação da confiança dos compradores internacionais.

— Se houvesse mais fiscalização, não haveria esse abuso por meia dúzia de pessoas que não sabiam o mal que faziam ao Brasil.



Moneira Muniz/Agência Senado

## Empregos na agricultura estão correndo risco, avalia Roberto Muniz

Roberto Muniz (PP-BA) disse que a Carne Fraca coloca em risco R\$ 15 bilhões obtidos pelo Brasil em exportações de carne, além de tornar inseguro o emprego na cadeia do agronegócio, principal sustentáculo do produto interno bruto do país.

O senador também observou que as autoridades policiais precisam refletir quanto ao uso da força, como forma de evitar abusos que venham a gerar injustiças.



Moneira Muniz/Agência Senado

## Dados sobre queda nas exportações do setor são alarmantes, resalta Caiado

Ronaldo Caiado (DEM-GO) chamou de preocupantes os dados trazidos ao Senado pelos ministros da Agricultura, Blairo Maggi, e da Indústria e Comércio Exterior, Marcos Pereira.

Segundo o senador, as exportações de carne caíram de US\$ 63 milhões para apenas US\$ 70 mil dólares por dia, em virtude da Carne Fraca.

Na terça, ele disse que o setor não deve ser “contaminado” pelas descobertas da operação.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Viana apoia pecuaristas e diz que autoridades responsáveis falharam

Em pronunciamento na terça-feira no Plenário, o senador Jorge Viana (PT-AC) criticou a demora na revelação das irregularidades que deflagraram a Carne Fraca e também a forma como ela foi anunciada.

O senador prestou solidariedade aos criadores e produtores afetados pela operação.

— Quero levar minha solidariedade para aqueles que criam, que trabalham, que produzem. Acho que as autoridades, no mínimo, cometeram uma falha grande — afirmou Viana.

## Kátia Abreu quer comissão externa para acompanhar a Operação Carne Fraca

Kátia Abreu (PMDB-TO) protocolou requerimento para a criação de uma comissão externa para acompanhar os desdobramentos da Carne Fraca.

O colegiado será composto por seis titulares e seis suplentes, com prazo de seis meses. Segundo a senadora, a comissão vai apurar, entre outros temas, se houve abuso de autoridade e quais os impactos mercadológicos da operação da Polícia Federal.



Jane de Araújo/Agência Senado

— Boatos sempre existem e sempre existiram — afirmou o ministro.

Blairo disse que a média de embarque diário de carnes brasileiras exportadas gira em torno de US\$ 63 milhões.

— Ontem foram US\$ 74 mil embarcados. Vejam o tamanho da pancada que recebemos.

## Comércio exterior

O ministro da Indústria e Comércio Exterior, Marcos Pereira, que também participou da audiência, informou que o Brasil é o maior exportador mundial de carnes bovina e de frango e o segundo maior país produtor dessas carnes, atrás apenas dos Estados Unidos.

Ele frisou que a carne é o quarto produto das exportações brasileiras, atrás da soja, material de transporte e componentes e minérios e metalurgia.

Pereira informou que 21 estados exportaram carnes em 2016. As carnes nacionais foram vendidas para 165 países, sendo os maiores compradores os EUA, a China, Hong Kong e Arábia Saudita.

## Gleisi cobra explicações de Serraglio e de diretor da Polícia Federal

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) poderá convidar o ministro da Justiça, Osmar Serraglio, e o diretor-geral da Polícia Federal, Leandro Daiello, para falar sobre a Operação Carne Fraca. O requerimento de convocação foi apresentado por Gleisi Hoffmann (PT-PR) e transformado em convite por sugestão de Antonio Anastasia (PSDB-MG).

Na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) foram lidos três requerimentos de audiências sobre a operação, de autoria de Gleisi, Paulo Paim (PT-RS) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), com convites aos ministros da Justiça, da Saúde (Ricardo Barros) e da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Marcos Pereira). Flexa Ribeiro (PSDB-PA) sugeriu que as audiências sejam conjuntas com outras comissões. Nos dois colegiados, os requerimentos serão votados na próxima reunião.

## Estardalhaço

Na CCJ, Gleisi disse que a Carne Fraca foi conduzida com “estardalhaço irresponsável”, prejudicando o setor produtivo, mas revelou envolvimento extremamente grave de membros do governo nas irregularidades.

# Comissão debate reforma da Previdência e mulher

Participantes vão discutir o impacto das possíveis mudanças previdenciárias, como a elevação da idade mínima para aposentadoria, na vida das brasileiras que vivem no campo e nas cidades

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), em conjunto com a Procuradoria Especial da Mulher do Senado, faz hoje audiência pública sobre o impacto da reforma da Previdência na vida das mulheres.

Em tramitação na Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 287/2016 estabelece a mesma idade mínima para aposentadoria de homens e mulheres, 65 anos, entre outras providências que impactarão a vida de mulheres das áreas urbana e rural direta ou indiretamente.

A PEC está sendo analisada em comissão especial da Câmara e, se aprovada naquela Casa, será enviada ao Senado.

Foram convidadas a professora Denise Gentil, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); a vice-presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Rosa Maria Jorge; a economista Joana Mostafa, da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Ipea; a coordena-



Kátia Pereira/Observatório Feminino

Idade mínima para que trabalhadoras possam se aposentar deve ser discutida

dora nacional do Movimento de Mulheres Camponesas, Rosângela Piovizani; a presidente do Instituto dos Advogados Previdenciários, Luciana Farias; a assessora do Ministério Público do Trabalho Anna Beatriz Parlato, integrante da Associação de Advogadas pela Igualdade de Gênero, Raça e Etnia; a coordenadora-geral da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli; a secretária de Relações de Gênero da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Isis Neves; a presidente da Fundação Anfip, Maria

Inez Rezende; e a secretária-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Dorenice Flor da Cruz.

A audiência conjunta marca a 40ª edição do Projeto Pauta Feminina. Realizado desde 2013, por iniciativa de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora especial da Mulher, e da Secretaria da Mulher da Câmara, o Projeto Quintas Femininas ganhou o nome de Pauta Feminina em 2015.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

## Impactos nos municípios serão discutidos

Os impactos que a reforma da Previdência poderá ter nos pequenos municípios, principalmente nas Regiões Nordeste e Norte, serão discutidos no Senado. A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou uma audiência sobre o tema, proposta por Regina Sousa (PT-PI). Deverão ser chamados prefeitos e representantes de movimentos sociais. Ainda não há data.

A proposta de reforma mo-

tivou a CPI da Previdência. O pedido de criação da comissão teve a assinatura de 61 senadores na terça-feira. A CPI agora depende que os líderes indiquem os integrantes.

A CDR também aprovou ontem a realização de audiência com os governadores dos nove estados que compõem a Amazônia Legal, sobre a MP 757/2017, que prevê taxas de controle de incentivos fiscais e uma taxa de serviços em favor

da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Outros debates aprovados devem avaliar o impacto das obras de transposição do Rio São Francisco sobre as comunidades e a PEC do Teto de Gastos e ouvir os ministros do Turismo, da Integração Nacional, das Cidades e dos Transportes.

Senadores que assinaram a CPI: <http://bit.ly/CPIdaPrevidencia>

### Paim comemora entrega de pedido para criar CPI da Previdência Social

Paulo Paim (PT-RS) comemorou na terça-feira o fato de ter protocolado, nesse dia, o pedido de criação da CPI da Previdência Social. O pedido foi entregue com 61 assinaturas.

Ontem o senador criticou o presidente Michel Temer pelo anúncio de que excluirá da proposta de reforma da Previdência os servidores estaduais e municipais. Paim apontou contradições no anúncio do governo, que, a seu ver, tenta enganar os servidores públicos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

### Para Lasier, trabalho filantrópico na educação pode ser prejudicado

A reforma da Previdência poderá extinguir o trabalho filantrópico na educação e na saúde, disse Lasier Martins (PSD-RS). Ele ressaltou que as entidades filantrópicas são imunes à contribuição para a seguridade social porque executam serviços em áreas que o Estado não alcança.

O senador criticou o relator da PEC, deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), que, segundo Lasier, pretende desqualificar a educação e retirá-la das isenções fiscais da política de seguridade social. Para Lasier, apenas as instituições que desviarem verbas devem ser penalizadas.

### Temer não livra servidores estaduais e municipais da reforma, avalia Gleisi

Gleisi Hoffmann (PT-PR) acusou ontem, em Plenário, o presidente Michel Temer de "golpear" os servidores públicos estaduais e municipais ao anunciar que não serão afetados pela reforma da Previdência. A senadora disse que o anúncio é uma tentativa de enganar os servidores.

Segundo ela, 3.533 municípios não têm regime próprio de previdência. Por isso, nessas cidades, o que vale é a lei federal, que poderá mudar com a reforma. Isso, afirmou Gleisi, esvazia o anúncio do governo.

Para ela, o que Temer quer, com o anúncio, é enfraquecer e dividir a mobilização social.

## Renan acusa Ministério Público de violar direitos constitucionais

O líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), acusou ontem o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, de promover vazamentos de investigações para prejudicá-lo. Em discurso, o senador afirmou que não cometeu crime, razão pela qual não haverá prova contra ele.

— O procurador-geral da República promoveu, estimulou e acobertou vazamentos, jamais apurados, de dados mantidos sob sigilo de Justiça. Demandou prisão preventiva com base em simples presunções e, sem suficiência probatória apta, pediu busca e apreensão — disse.

O senador apontou o "denuncismo" sem provas de menções feitas ao seu nome em delações da Operação Lava Jato e disse haver uma "publicidade opressiva" para desgastar sua imagem por meio da imprensa.

Renan lembrou investigações de que foi alvo e afirmou ter sido submetido a medidas arbitrárias nos últimos dez anos. O senador disse ainda que as delações premiadas por parte de "delinquentes" exalam o "odor de enxofre dos tempos da ditadura".

O parlamentar acusou o Ministério Público, a Polícia Federal e parte do Judiciário de violar direitos fundamentais dos investigados. Ele condenou vazamentos seletivos, confissões mediante prisão preventiva e delações baseadas no "ouvir dizer".

Renan disse que jamais se opôs a investigações e reconheceu a importância da Lava Jato, mas avaliou que os meios maus corrompem os melhores fins.

— Investigação precária, intempestiva, sem apresentar prova, termina por acarretar em prejuízo sem precedentes à vida pessoal, profissional e social de qualquer pessoa.



Moreira Montiz/Agência Senado

Senador diz ser vítima de denúncias sem provas durante os últimos anos

## Acordo comercial entre Brasil e Peru entra na ordem do dia

O Plenário aprovou ontem a urgência na tramitação do acordo firmado entre o Brasil e a República do Peru que amplia os laços econômico-comerciais existentes entre os dois países. A medida consta do Projeto de Decreto Legislativo 37/2017, aprovado pela Câmara na semana passada. O acordo deve constar da ordem do dia de hoje.

Assinado em abril de 2016,

em Lima, o texto define marco normativo para investimentos, comércio bilateral e participação de empresas brasileiras e peruanas em licitações nos dois países. É o primeiro acordo internacional assinado pelo Brasil com cláusulas sobre contratação pública. Armando Monteiro (PTB-PE) destacou que o texto facilita investimentos recíprocos.

### Marta defende projeto que apoia crianças vítimas de violência

Marta Suplicy (PMDB-SP) defendeu projeto que estabelece sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes vítimas de violência. Relatora do PLC 21/2017 na Comissão de Assuntos Sociais, ela disse que esse tipo de agressão "não escolhe raça nem cor e está nos lares, escolas, ruas, trabalho e centros de detenção".

— A violência contra crianças e adolescentes adquiriu proporção alarmante, tornando-se problema de saúde pública no Brasil.



Moreira Montiz/Agência Senado

### Capiberibe destaca ponte que liga Amapá à Guiana Francesa

João Capiberibe (PSB-AP) comemorou a inauguração da ponte sobre o Rio Oiapoque, que liga o Amapá à Guiana Francesa, resultado de acordo de cooperação firmado há 20 anos. Ele lembrou que a BR-156, que integra o projeto, só teve verba liberada a partir de 2003 e que o lado brasileiro ainda não foi concluído. O senador destacou mais três acordos firmados com a França, como o da área de livre comércio da fronteira que isenta a compra de produtos de subsistência.



Moreira Montiz/Agência Senado